

Um balanço da atuação da bancada federal do PT você encontra nas páginas 15 e 16.

PT BOLETIM NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL DO PT

Petistas ligados ao movimento rural reuniram-se em São Paulo e aprovaram um calendário de lutas para 1990. Páginas 2 e 3.

AVULSO: R\$ 1,00
CORREIO
NESTA DATA

O ENCONTRO DA UNIDADE



Sessão de encerramento do 7º Encontro Nacional do PT realizada no Auditório Elis Regina, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo

O Socialismo que queremos

Mas qual sociedade, qual socialismo, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? É o que procura responder o texto do documento aprovado pelo 7º Encontro sobre a questão da nossa concepção de Socialismo e sobre a crise do mundo socialista.

SECRETARIA AGRÁRIA

Um plano de lutas contra a exploração

Cada instância deve articular suas bases para uma jornada conjunta de lutas, conclui o seminário realizado em São Paulo

Os trabalhadores rurais sofrem como nunca os efeitos da política econômica desastrosa do governo Collor. A ausência de uma política agrária e agrícola penalizam os pequenos produtores, parceiros, assalariados, sem terra, levando-os ao desemprego e à miséria.

O Partido dos Trabalhadores, por meio da Secretaria Agrária Nacional reuniu no dia 31 de maio, durante o VII Encontro Nacional nossos militantes no movimento de massas (Movimento dos Sem-Terra e no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais-CUT), e as Secretarias Agrárias Estaduais para debater e propor um plano de mobilização dos Trabalhadores do Campo contra esse quadro de exploração, desrespeito às leis trabalhistas e violência. O Plano de Mobilizações incorpora as reivindicações levantadas pelos trabalhadores do campo nos Congressos do DNTR-CUT e MST. Estamos propondo e convocando todos os militantes do PT no campo a se incorporarem à Greve Geral do dia 12 e a organização de uma Jornada de Lutas dos Trabalhadores Rurais (23 a 25 de julho). São os seguintes os principais momentos dessa jornada

Greve Geral

Decidiu-se apresentar uma pauta sucinta de cinco pontos básicos que interessam imediata e urgentemente às distintas categorias de trabalhadores rurais do país, para que a CUT Nacional e a CGT a incluam na pauta básica de reivindicações da Greve Geral, somando-se às reivindicações básicas de toda a classe trabalhadora.

Medidas urgentes a exigir do

governo na Greve Geral: 1. Desapropriação imediata para assentamento de todas as famílias acampadas; 2. Reajuste dos preços mínimos dos produtos agrícolas pela inflação a partir de março, que equivale a 104%; 3. Frente de emergência, com salário integral e cesta básica

controlados pelo sindicato e centrais sindicais (para regiões atingidas pela seca); 4. Aposentadoria rural já, de acordo com a lei na Constituição; 5. Aplicação imediata das leis trabalhistas no campo - essa questão atende interesses dos assalariados no campo e o reajuste salarial no

campo se soma à pauta dos urbanos, que exige correção dos salários - do mínimo - pela inflação a partir de março.

Recomendamos que cada Estado, instância, base de nossos movimentos se estimule e organize a participação dos trabalhadores rurais na Greve Geral, realizando manifestações e participando ativamente para o sucesso da greve em todo o país, especialmente nas cidades do interior.

Jornada de luta

De acordo com as mesmas reivindicações aprovadas no Departamento Rural da CUT pela plenária do seu Congresso, e com a pauta de reivindicações aprovadas no II Congresso do Movimento Sem Terra, reuniu-se em uma única pauta o conjunto de reivindicações que interessa hoje a todas as categorias de trabalhadores rurais (desde pequenos produtores, seringueiros, posseiros, sem terra, assalariados, aposentados etc) para apresentar e exigir soluções imediatas do governo Collor. A pauta consolidada ficou assim:

1. Atendimento de emergência a todos acampamentos de sem terra existentes, garantindo atendimento social necessário (alimentação, atendimento médico, escolas para todas as famílias);
2. Negociação imediata dos governos Federal e Estaduais com órgãos de justiça para suspensão de todas as

ações de despejo em andamento e que ainda não foram cumpridas;

3. Solução imediata e definitiva para as áreas de conflito, evitando-se a ação de pistoleiros e da polícia. Apresentar soluções definitivas com desapropriação, tratando a questão como conflito social e não como caso policial;
4. Decretar imediatamente a desapropriação de todas as áreas que já possuem processos em andamento no Incra - aproximadamente 665 processos e mais de 5 milhões de hectares;
5. Emissão de posse de todas as áreas já desapropriadas;
6. Recolhimento imediato (a partir dos processos existentes na Justiça e dos inquéritos da Polícia Federal) de todas as áreas envolvidas com cultivo de drogas, tráfico de entorpecentes e destiná-las aos trabalhadores sem terra, conforme determina o artigo 243 da Constituição;
7. Implementação imediata das reservas extrativistas na Amazônia;
8. Determinação para que o Banco do Brasil passe a operar imediatamente a linha do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) com recursos do próprio banco, do Funagri e com verbas especiais do Governo Federal. E que sejam atendidos imediatamente

todos assentamentos com esse crédito rural;

9. Regularização imediata de todos os assentamentos existentes, implantados pelo Incra ou pelos governos estaduais;
10. Liberação de recursos suficientes de crédito rural para a próxima safra, para todos os pequenos agricultores até 5 módulos;
11. Que o crédito rural seja diferenciado para os pequenos agricultores;
12. Reajuste dos preços mínimos dos produtos agrícolas pela inflação a partir de março de 1990, cerca de 104%;
13. Tabelação dos preços das máquinas e insumos agrícolas;
14. Aposentadoria rural de acordo com a lei aprovada na Constituição;
15. Garantia de assistência médica hospitalar gratuita a todos os trabalhadores rurais;
16. Reajuste imediato do salário mínimo de acordo com a inflação a partir de março que é de 166%;
17. Garantia de emprego;
18. Aplicação imediata das leis trabalhistas no campo;
19. Frentes de emergência com salário integral e cesta básica controlada pelos sindicatos e centrais sindicais;
20. Apuração imediata e punição de todos mandantes e executores de assassinatos de trabalhadores;
21. Apuração imediata e punição dos responsáveis por todos os casos de tortura contra trabalhadores, praticados por fazendeiros, pistoleiros e autoridades (art. 5º XLIII da CF);
22. Que o ministério da Justiça e do Trabalho investiguem e tomem providências necessárias nos casos de ocorrência de trabalho escravo em fazendas, e que essas áreas sejam desapropriadas.



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores

Av. Onze de Junho 260
CEP 04041 São Paulo / SP
fone (011) - 575-2299

Edição:
Celso Horta

Secretaria de Redação:

Marisa Lourenço

Produção:

Paulo Siqueira

Leonardo van Halsema

Fotolito e impressão:

Cia. Editora Jorúês

Calendário e formas de luta

Dia 11 de julho

A Executiva Nacional do DNTR-CUT deverá ter audiência com o ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antonio Cabrera, para entregar a pauta de reivindicações.

Organizar coletivas de imprensa em todas as capitais dos estados, reunindo as direções estaduais do Departamento Rural da CUT, do MST e de outras organizações existentes no estado para: apresentar a pauta de reivindicações nacional e estaduais que no mesmo momento estaremos entregando ao ministro; dar um prazo até o dia 25 de julho para o governo resolver; anunciar a jornada de luta de 23 a 25 de julho em todo o país; anunciar o fim do prazo de 60 dias dado ao governo pelo MST para que fossem atendidas as reivindicações. Caso nenhuma providência tenha sido tomada pelo governo, denunciar.

Jornada de 23 de julho em diante:

Jornada de lutas massivas, com mobilizações de todas as categorias; discutir em cada estado as formas de luta possíveis de acordo com sua experiência e capacidade organizativa como por exemplo ocupações de terra, de bancos, prefeituras, acampamentos na cidade, bloqueios de estradas etc. A característica é de mobilizações massivas e de pressão real sobre o governo Collor; deve-se garantir o início das mobilizações e ações para o dia 23 de julho, segunda-feira.

Dia 24 de julho

Uma Comissão Nacional irá a Brasília para uma audiência novamente com o ministro da Agricultura para cobrar resultados da pauta de reivindicações.

Dia 25 de julho - Dia do Trabalhador Rural

Assembléias gerais em todos os locais onde houver mobilizações para apresentar os resultados da audiência e decidir sobre a continuidade do movimento e formas de luta.

RECOMENDAÇÕES AOS ESTADOS

Em cada estado as diversas instâncias devem se articular com todas as forças e movimentos que atuam no campo e que estão dispostos a lutar pela pauta de reivindicações, como: sindicatos, federações, igrejas, CPT, entidades de apoio etc.

Que a partir destas articulações se faça um plano de ação estadual de acordo com a experiência e capacidade organizativa para os dias da Jornada de Luta.

Fazer um programa de atividades e de ação nas bases para estimular e preparar ações em todas as comunidades, municípios, sindicatos, onde tivermos condições.

Que cada instância mobilize todas as suas bases e forças para essa jornada conjunta de lutas.

Que se elabore material de propaganda a nível estadual e local como panfletos, pichações, programas de rádio etc.

Manter a sede nacional do Departamento Rural da CUT informado de todos os encaminhamentos dados a nível estadual.

DN regulamenta tendências internas

É a seguinte a íntegra da regulamentação sobre o funcionamento das tendências internas adotada pelo Diretório Nacional em sua reunião que antecedeu a realização do VII Encontro Nacional.

I - natureza da tendência interna

1 - A presente Resolução regulamenta a existência e a atuação das Tendências Internas do PT, com base na Resolução sobre Tendências, aprovada no V Encontro Nacional, com emendas aprovadas na Reunião do Diretório Nacional de 16 e 17 de janeiro de 1988, e incorporando, ainda, demais decisões sobre o assunto aprovadas nas instâncias orgânicas partidárias até o momento.

2 - O Partido dos Trabalhadores é constituído por filiados individuais. O programa político, a organização e o funcionamento, bem como as atividades do PT, são as que constam do manifesto de Fundação, do Programa, do Estatuto, do Regimento Interno e das resoluções aprovadas em Encontros e Convenções e nas demais instâncias de deliberação do Partido. Todos os filiados, sem exceção, devem submeter-se às disposições desses documentos. Serão aplicadas sanções previstas no Estatuto e no Regimento Interno às infrações cometidas por quaisquer filiados, sem exceção.

Filiados do PT podem constituir no interior do Partido, e com estrita obediência a esta Regulamentação

3 - Filiados do PT podem constituir no interior do Partido, e com estrita obediência a esta Regulamentação, um agrupamento para defender posições políticas e organizacionais e disputar postos nas instâncias e nos organismos do Partido. Um agrupamento dessa natureza é denominado Tendência Interna.

3.1 - Uma Tendência Interna, portanto, é um agrupamento de filiados do PT, com atividade estritamente circunscrita ao Partido, e cuja existência, funcionamento e atuação obedecerão rigorosamente a esta Regulamentação.

3.2 - Os integrantes da Tendência Interna só podem ser filiados do PT, e sem exceção submetidos única e exclusivamente às regras e deliberações partidárias, bem como às normas disciplinares e éticas previstas no Estatuto e no Regimento Interno do Partido.

4 - A Tendência Interna caracteriza-se por submeter-se ao programa e às resoluções do PT, por reconhecê-lo explicitamente como partido estratégico na construção do socialismo e por diferenciar-se na defesa de propostas alternativas ou complementares relacionadas com os aspectos parciais da política, da estrutura ou do funcionamento do Partido.

4.1 - A Tendência Interna diferencia-se radicalmente de organizações políticas autônomas externas ao PT, por este assim consideradas. O PT não admite a dupla filiação e dupla militância dos seus filiados com relação a essas organizações autônomas.

4.2 - Por construir-se como partido estratégico, com programa e organização

aprovadas por seus filiados, o PT não se constitui numa frente ou numa federação de partidos ou de organizações.

4.3 - A autonomia relativa da Tendência Interna não pode extravazar, sob qualquer hipótese, os limites definidos por esta Regulamentação e por outras deliberações sobre o assunto aprovadas nas instâncias orgânicas partidárias.

5 - A Tendência Interna poderá adotar qualquer denominação com exceção de "partido" - que a identifique e caracterize perante o conjunto de filiados do PT. Mas essa denominação deve ser precedida da expressão "Tendência Interna".

5.1 - A Tendência Interna dará conhecimento ao partido dos nomes de seus responsáveis.

II - registro e reconhecimento

6 - A Tendência Interna, caracterizada de acordo com o capítulo precedente, solicitará seu registro à Secretaria Nacional de Organização.

7 - Do pedido de registro devem constar:

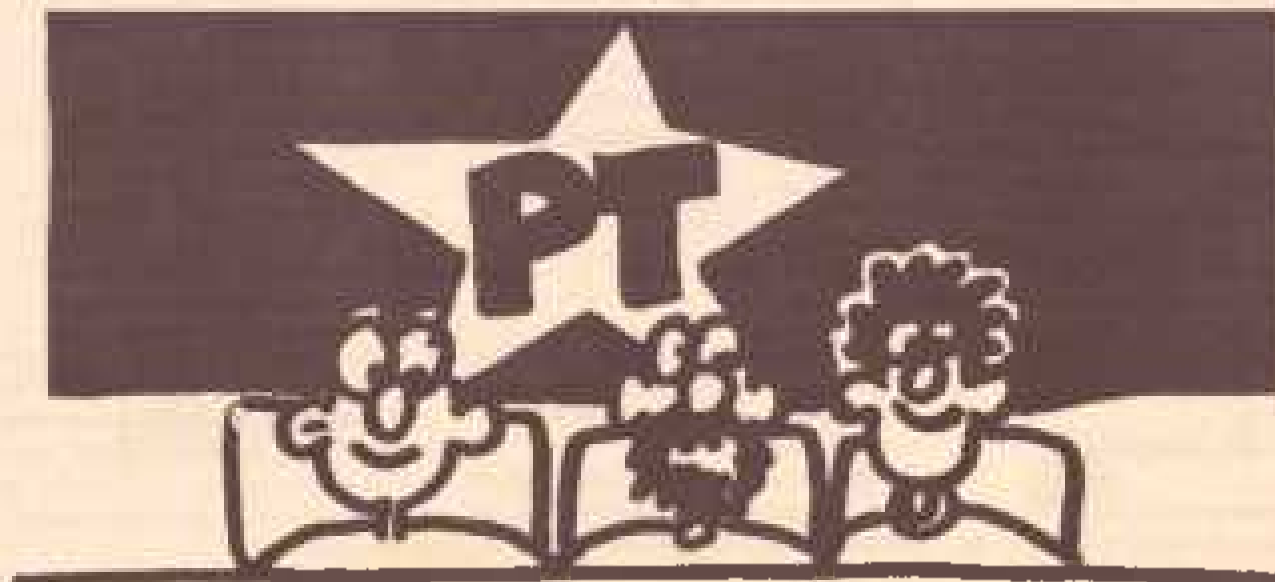
a) denominação da Tendência Interna;

b) nome dos responsáveis pela Tendência Interna em nível nacional e estadual;

c) documento sintético com as principais linhas políticas e com a forma geral de funcionamento da Tendência;

d) compromisso com o Programa, o Estatuto, o Regimento Interno do PT e as resoluções aprovadas nos Encontros.

A aceitação final e integral do pedido de registro significa o reconhecimento oficial, pelo PT ...



Regulamentação das tendências (continuação)

ros e nas instâncias do Partido;

e) compromisso com os termos e o significado da Resolução sobre Tendências aprovada no V Encontro Nacional e com esta Regulamentação.

7.1 - Poderão acompanhar o pedido de registro, a critério de cada Tendência Interna, documentos políticos, resoluções, exemplares de publicações e outras informações consideradas relevantes.

8 - O pedido de registro será examinado pela SORG, que em 15 dias encaminhará à Comissão Executiva Nacional um parecer acompanhando a documentação.

9 - No prazo de um mês a partir do recebimento do parecer da SORG, a CEN pronunciar-se-á sobre a solicitação de registro e remeterá o processo ao Diretório Nacional para decisão final.

10 - A aceitação final e integral do pedido de registro significa o reconhecimento oficial, pelo PT, da existência da Tendência Interna, e a CEN dará ampla divulgação desse fato.

11 - Qualquer filiado do PT pode pedir reconsideração dessa decisão ao Diretório Nacional ou, em última instância, re-

Com base em documentação apresentada por qualquer filiado, o DN poderá iniciar processo ...

correr ao Encontro Nacional.

12 - Se o pedido de registro não for aceito, os responsáveis pela Tendência Interna podem pedir reconsideração ao DN, ou, em última instância, recorrer ao Encontro Nacional.

13 - Modificações de linha política, funcionamento e forma de atuação da Tendência Interna, bem como fusões e divisões ou autodissolução, serão comunicadas à SORG.

14 - Com base em documentação apresentada por qualquer filiado, o DN poderá iniciar processo de cancelamento do Registro de Tendência Interna.

15 - Se, em última instância, o registro for negado ou cancelado, o agrupamento dissolver-se-á como Tendência Interna, e, no caso de não dissolução, seus integrantes devem optar formalmente pela sua desvinculação do agrupamento, para não incorrerem nas hipóteses de dupla militância.

III-atuação

16 - Nos termos dos itens 3, 3.1 e 3.2 desta Regulamentação, a atuação da

Tendência Interna circunscrever-se-á às instâncias, aos organismos e ao conjunto dos filiados do PT.

17 - A expressão pública das posições do PT cabe exclusivamente aos dirigentes e às instâncias do Partido.

18 - A Tendência Interna encaminhará à CEN exemplares dos documentos por ela produzidos.

19 - Independentemente das posições assumidas por uma Tendência Interna, seus integrantes respondem individualmente perante as instâncias orgânicas do PT nos casos de desrespeito às deliberações partidárias e nos casos de infração à disciplina e à ética nos termos do Estatuto, do Regimento Interno e demais Resoluções do Partido.

20 - A Tendência Interna pode realizar publicações que estejam estritamente de acordo com esta regulamentação.

20.1 - As publicações da Tendência Interna serão dirigidas e distribuídas exclusivamente aos filiados do PT, com a finalidade de debate no interior do conjunto e disputa interna de orientação e direção.

20.2 - As publicações da Tendência Interna não poderão servir de base para a construção de uma corrente autônoma em relação ao PT e com ele concorrente.

20.3 - As publicações da Tendência Interna ostentarão com destaque na primeira página, logo após o título ou logotipo, os seguintes dizeres:

As publicações da Tendência Interna serão dirigidas e distribuídas exclusivamente aos filiados do PT

"Publicação de responsabilidade da Tendência Interna do PT..." (denominação da Tendência Interna tal como registrada).

"Esta publicação é de caráter interno do Partido dos Trabalhadores e dirigida e distribuída única e exclusivamente aos filiados do PT."

20.4 - Ao tratar de temas sobre os quais já existem resoluções do PT, as publicações da Tendência Interna tornarão explícita essa circunstância, como

condição para divulgar as divergências a respeito.

20.5 - Com base nesta Regulamentação e com divulgação de suas razões, o DN poderá exigir dos responsáveis pela Tendência Interna que adaptem suas publicações às presentes normas.

21 - A Tendência Interna poderá ter escritórios ou locais para redação de publicações, dando-se ciência às instâncias de direção do Partido.

21.1 - Os escritórios da Tendência Interna não se constituem em sedes públicas que sirvam de base para a organização de uma corrente externa ao PT, a qual se dirija diretamente à sociedade autonomamente em relação ao Partido.

IV-finanças

22 - Despesas que a Tendência Interna tiver com sua atuação poderão ser cobertas com campanhas próprias de arrecadação financeira.

22.1 - As campanhas financeiras da Tendência Interna terão caráter interno ao PT, não podendo substituir, nem se superpor ou contrapor à política financeira do Partido.

22.2 - Contribuições financeiras que filiados fizerem a uma Tendência Interna não os desobrigam de seus deveres para com o PT, nos termos das resoluções partidárias.

V-relações internacionais

23 - A Tendência Interna poderá realizar contatos internacionais e participar de atividades com caráter de informação, discussão e intercâmbio, desde que seja feita prévia comunicação à Comissão Executiva Nacional do PT, especialmente à Secretaria de Relações Internacionais.

23.1 - Nesses contatos, a Tendência Interna reafirmará sempre que as relações internacionais do PT são privativas do seu Diretório Nacional, através da Secretaria de Relações Internacionais.

24 - Mesmo que integrantes de uma Tendência Interna que se identifique com orientações distintas de correntes internacionais, os filiados do PT acatarão as deliberações do Partido, em quaisquer questões de caráter nacional ou internacional.

24.1 - Os petistas não se subordinarão à orientação de qualquer outro partido ou organização política, seja nacional ou internacional.

25 - As propostas de realização de campanhas internacionais, ou de atividades internacionais que impliquem em ação prática, serão submetidas previamente às instâncias do PT. O Partido poderá, então, a seu critério, adotar uma das três posições:

a) adotar a proposta, e encaminhá-la;

b) não adotar a proposta como Partido, mas autorizar a que filiados o façam;

c) considerar que a proposta é contraditória com as orientações do Partido, e negá-la, consequentemente deliberando que filiados do PT não devam implementá-la.

26 - Os filiados do PT, independentemente de serem ou não integrantes de uma Tendência Interna, sempre se identificarão publicamente como petistas, e não como representantes de organismos internacionais.

VI-disposições transitórias

27 - Por ocasião de Encontros, a Tendência Interna poderá apresentar posições e propostas de acordo com os regulamentos específicos dessas atividades.

28 - De 21 a 31 de maio de 1990, o agrupamento já existente que quiser obter o reconhecimento como Tendência Interna, assegurando assim, direitos e deveres correspondentes, dirigirá à SORG pedido de registro nos termos desta regulamentação.

29 - Esta Regulamentação entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Diretório Nacional.

São Paulo, 20 de maio de 1990

DIRETÓRIO NACIONAL

Os petistas não se subordinarão à orientação de qualquer outro partido ou organização política, seja nacional ou internacional.

A Tendência Interna poderá realizar contatos internacionais

O Encontro da Unidade

O VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado nos dias 31 de maio, 1, 2 e 3 de junho, no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, recebeu 568 delegados de todo o país, mais de 100 convidados nacionais além de 60 representantes de delegações internacionais de 18 países.

ESPECIAL



O VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado nos dias 31 de maio, 1, 2 e 3 de junho, no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, recebeu 568 delegados de todo o país, mais de 100 convidados nacionais além de 60 representantes de delegações internacionais de 18 países. Além de reconduzir Lula à presidência do Partido, este Encontro foi marcado pela proporcionalidade dada às correntes internas na Comissão Executiva Nacional e pelo avanço feito na

discussão do tipo de socialismo que queremos (veja a íntegra da tese na pág. 10). Apesar da grande polêmica em torno dos assuntos em pauta (socialismo, estratégia e tática, construção partidária), o Encontro também foi marcado por um clima de unidade. Em seu discurso de encerramento do Encontro Lula chegou a comentar que jornalistas da grande imprensa que cobriam o Encontro saíam decepcionados por não haverem encontrado um clima de disputa ou discussões acirradas.

Outra característica deste Encontro, fora do campo político, foi a impecável organização, que mereceu elogios das delegações internacionais e uma homenagem de Lula durante o encerramento. Aproximadamente 50 funcionários do Partido trabalharam duramente por mais de um mês para que tudo funcionasse a contento e tiveram a colaboração de aproximadamente 100 voluntários que trabalharam durante os dias de realização do Encontro.

Convocado o I Congresso

O VII Encontro Nacional do PT determina que o Diretório Nacional eleito convoque o I Congresso ou VIII Encontro Nacional do partido para ser realizado até o fim do ano de 1991, e o mandato para, com uma maioria de 2/3 dos seus membros, modificar o Regimento Interno no que diz respeito aos critérios de convocação, participação e realização dos Encontros (Zonais, Municipais, Estaduais e Nacional), os procedimentos e prazos de discussão de Teses e Resoluções, e os critérios de eleição de delegados dos Encontros Municipais e Zonais ao Encontro Estadual e dos Encontros Estaduais ao Nacional.

ESPECIAL



Renovado 50% do Diretório Nacional

Dos 82 membros escolhidos pelo 7º Encontro para compor o novo Diretório Nacional, 41 deles, exatamente 50% apenas, já faziam parte da antiga Direção Nacional do PT. O Diretório eleito, cuja composição o BN reproduz abaixo, identificando as chapas e tendências que o compõem, deve reunir-se nos dias 14 e 15 de julho em Brasília, para escolher uma nova Comissão Executiva Nacional. Na mesma oportunidade será realizada a Convenção oficial do Partido. As tendências que elegeram representantes no Diretório Nacional compuseram suas chapas incluindo militantes não ligados a nenhuma delas.

CHAPA 1 - Socialismo e Liberdade (Vertente Socialista, Nova Esquerda)

Eduardo Jorge (SP)
José Genoino (SP)
Augusto de Franco (GO)
Neusa Santos (MG)
Tarso Genro (RS)
Juarez de Paula (CE)
Amauri Barros (DF)
Ozeas Duarte (SP)
Roberto Colaço (SC)
Antonio Carlos Moura (GO)
Marcos Rolim (RS)
Anísio Maia (PB)
Everardo Lopes (SP)
Edval Passos (BA)

CHAPA 2 - Articulação da Luta Socialista (Articulação)

Luis Inácio Lula da Silva (SP)
Luis Gushiken (SP)
José Dirceu de Oliveira
e Silva (SP)
Plínio de Arruda Sampaio (SP)
Perseu Abramo (SP)
Luis Dulci (MG)
Djalma Bom (SP)
César Alvarez (RS)
Benedita da Silva (RJ)
Rui Falcão (SP)
Marco Aurélio Garcia (SP)
Hamilton Pereira (GO)
Olívio Dutra (RS)
Jorge Bittar (RJ)
Gilberto Carvalho (PR)
Vilson Santin (SC)
Jair Meneguelli (SP)

Luis Eduardo Greenhalgh (SP)
Aloísio Mercadante (SP)
Vitor Salazar (RS)
Selvino Heck (RS)
Eurides Mescolotto (SC)
Claus Germer (PR)
Glauro Arbix (SP)
Adilson Pires (RJ)
Perly Cipriano (ES)
Antonio Carlos Pereira (MG)
José Américo Dias (SP)
Júlio Rafael (PB)
José Ilário Marques (CE)
Marcelino Fonteles (PI)
Francisco Rocha da Silva (PE)
Jomar Fernandes (MA)
Paulo Rocha (PA)
Nilmário Miranda (MG)
Inocência Renato Gasparim
(PA)
Neilton Araújo (TO)
Fernando Ferro (PE)

Geraldo Magela Pereira (DF)
José Luis Feveteiro (RJ)
Jonas Paulo O. Neres (BA)
José Sérgio Gabrielli (BA)
Geraldo Garcia (MS)
Ricardo Moraes (AM)
Valdi Camareio (GO)
Pedro Verdino (AL)

CHAPA 3 - PT De Luta e de Massas (Convergência Socialista e O Trabalho)

Valério Arcary (SP)
Markus Sokol (SP)
Nelson Rodrigues (SP)
Arlete Sampaio (DF)
Bernadete Menezes (PA)
José Carlos Jacques (MG)
Geraldo Silva (MG)

Manoel Bahia (SP)
Edmilson Menezes (PE)

CHAPA 4 - Alternativa Socialista e Revolucionária (Democracia Socialista, Força Socialista e Movimento por uma Tendência Marxista)

João Machado (SP)
Raul Pont (RS)
Jorge Almeida (BA)
Ronald Rocha (MG)
Joaquim Soriano (SP)
Tomás Matta Machado (MG)
Dora Gomes (MG)
Valdísio Caldas Fernandes (BA)
Ivan Valente (SP)
Marcos Cordioli (PR)
Beto Bastos (RJ)
Artur Scavone (SP)
Otaviano Carvalho (ES)

CHAPAS	EFETIVOS	SUPLEN- TES	TOTAL
ARTICULAÇÃO DA LUTA SOCIALISTA	34	12	46
SOCIALISMO E LIBERDADE	10	4	14
ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA	10	3	13
PT DE LUTA E DE MASSAS	7	2	9
TOTAL	61	21	82

LULA: "Nosso crescimento se deve à nossa coerência, à nossa combatividade ..."

Interrompido pelo menos 33 vezes por aplausos dos delegados presentes, o companheiro Luis Inácio Lula da Silva, reconduzido à presidência do PT fez o discurso de encerramento do 7º Encontro Nacional na noite de domingo, dia 3.

Reproduzimos aqui a íntegra desse discurso.

"Companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores, companheiros e companheiras representantes de delegações estrangeiras presentes à este VII Encontro, companheiros convidados, companheira Luíza Erundina - prefeita de São Paulo, companheiro Olívio Dutra - prefeito de Porto Alegre, companheiros da Mesa, companheiros candidatos à Governador nas eleições de 1990, companheiros delegados:

Depois de 10 anos, todos nós estamos um pouco mais amadurecidos. Todos estamos um pouco mais convencidos das responsabilidades que pesam nos ombros de cada um de nós, principalmente depois do resultado eleitoral de 1989. Muita gente não queria compreender, e possivelmente, muita gente ainda não quer entender, porque, de repente, um partido que tem apenas 10 anos de idade ocupa um papel importante como o que o PT ocupa na história política deste país.

É bem verdade que muitos adversários não querem entender que o crescimento do nosso partido deve-se à sua coerência política, à sua combatividade, até mesmo quando, por essas razões, éramos chamados de radicais e de sectários. Até mesmo quando éramos incompreendidos por uma grande parcela da população, como no caso do Colégio Eleitoral. Até mesmo quando éramos incompreendidos nas eleições do ano passado, quando alguns setores tentavam insinuar que deveríamos apoiar um outro candidato em vez de termos candidatura própria.

O dado concreto é que o nosso crescimento deve-se, sobretudo ao desaforo da nossa militância, que para alguns parece arrogância. Uma militância que às vezes, passa por cima da direção, que às vezes questiona a direção, que às vezes chama a direção à responsabilidade pelos seus próprios erros. Em vez de nós, dirigentes do partido, ficarmos zangados com essa rebeldia das nossas bases, temos que agradecer a essas bases, porque é graças à sua rebeldia que jamais nos tornaremos burocratas de um partido político.

Ontem, eu almoçava em São Bernardo do Campo com os companheiros representantes dos países estrangeiros e partidos amigos que aqui estavam presentes. Tentava explicar-lhes por que o Lula deixava de ser candidato a Deputa-

do Federal ou qualquer outro cargo eletivo nas eleições de 1990, tentando fazer com que eles compreendessem que não havia nenhum gesto maluco na minha decisão, que eu não estava fora da realidade da política brasileira, que a minha atitude era pura e simplesmente um gesto, tentando mostrar não apenas a nós, do PT, mas à sociedade brasileira que é possível a qualquer pessoa se despojar do poder para servir a uma causa maior (palmas), se despojar do poder para tentar ensinar às pessoas a compreenderem que a luta coletiva é muito maior do que qualquer perspectiva de luta individual

classe trabalhadora, no meu caso, estou convencido de que sou muito mais útil para o Partido se estiver fora do Parlamento, se eu estiver na rua, na porta de fábrica, nos lugares que posso ocupar muito melhor.

Essa idéia tem como objetivo básico a tentativa de dar seqüência a um trabalho extraordinário como o do companheiro Olívio Dutra e o do companheiro Luiz Gushiken na Presidência do Partido: a tentativa de ajudar a reorganizar o nosso partido, porque é verdade que o nosso partido cresceu de forma extraordinária do ponto de vista eleitoral, mas



Lula fala no encerramento do VII Encontro

que cada um de nós possa ter.

Eu dizia aos trabalhadores de São Bernardo do Campo outro dia: vocês pensam que eu sou bobó? Vocês acham que estou rasgando nota de mil cruzeiros? Vocês acham que estou deixando de ser Deputado porque não gosto de ganhar um bom salário? Vocês acham que eu não quero ser Deputado porque eu não gosto de passaporte diplomático para passar nas alfândegas sem ser revistado? Estou deixando de ser Deputado porque acho que, embora o Partido dos Trabalhadores necessite eleger um maior número de Deputados, embora eu jamais venha a negar o Parlamento como instrumento de luta a ser utilizado pela

também é verdade que ainda temos problemas internos que precisam ser superados e que começaram a ser superados com os debates que nós fizemos sobre tendências e sobre socialismo (palmas). Alguns tabus já foram vencidos e haveremos de vencer outros. Para isso, é preciso que nenhum de nós se autodetermine dono da verdade. É preciso que a humildade seja a ponta de lança da condução de um dirigente político revolucionário. A verdade não está individualmente em nenhum de nós, a verdade está na síntese coletiva que formos capazes de tirar dos nossos congressos, das nossas convenções, dos nossos encontros (palmas).

Volto a assumir a Presidência do Partido dos Trabalhadores com um orgulho extraordinário. Volto a assumir a Presidência do Partido dos Trabalhadores no momento em que o socialismo cai em desgraça na boca da burguesia e no noticiário da grande imprensa. Volto a assumir a Presidência do PT no momento em que o socialismo está em baixa diante da opinião pública, mas assumo afirmando aos companheiros delegados dessa convenção que a melhor forma de enfrentar os nossos adversários anti-socialistas é defender cada vez mais o socialismo tal qual o PT o acredita (palmas).

Para nós, do PT, o socialismo não é um estado de espírito, o socialismo é uma concepção de vida, de uma sociedade que nós sonhamos construir com seus acertos e com seus defeitos. Às vezes, analisamos o Leste Europeu e às vezes o criticamos, e com muita força. Mas é importante sempre que criticarmos do ponto de vista da ação política, lembrarmos e analisarmos as conquistas que o socialismo deu àqueles países. (Palmas). Às vezes criticamos Cuba, mas é importante quando discutirmos Cuba, lembrarmos que, embora não tenha naquele país três ou quatro centrais sindicais, embora não tenha mais de um partido político, a verdade é que aquele povo vive um estágio de dignidade maior do que qualquer outro país da América Latina (palmas).

Nós iremos continuar discutindo com os companheiros cubanos de forma fraternal, dizendo a eles que para nós, do Partido dos Trabalhadores, o socialismo que sonhamos pressupõe a existência de liberdade e autonomia sindical, pressupõe a existência de partidos políticos que pensem ao contrário daqueles que estão no governo, da mesma forma que queremos de maneira fraternal, discutir com todos os companheiros o que aconteceu na Nicarágua, porque possivelmente, o ocorrido lá talvez não tenha sido culpa apenas da Nicarágua. Porque, por mais solidários que todos nós tenhamos sido com a Nicarágua, é bem possível que nós tenhamos sido pouco solidários (palmas). Por mais que tenhamos ajudado a Nicarágua, é bem possível que não tenhamos compreendido o que cercava a Nicarágua.

Quando eu falo de Cuba, quero lembrar a todos aqui presentes que o proble-

ma de Cuba não é mais um problema do Fidel apenas; que o problema de Cuba não é mais um problema do Partido Comunista Cubano; que o problema de Cuba não é mais um problema do povo cubano; o problema de Cuba passa a ser um problema da América Latina, passa a ser um problema dos revolucionários do nosso continente, passa a ser um problema de todos nós (palmas), para defendermos não apenas contra o imperialismo, mas para discutirmos o aprimoramento de um socialismo democrático que sonhamos e que queremos construir no nosso continente.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, que temos apenas 10 anos de existência, nós que estamos aqui nesse plenário - e tenho certeza de que pelo menos 70% começou a fazer política a partir do PT -, nós, que estamos sonhando com uma nova sociedade, nós que estamos sonhando en-

Hoje não há ninguém neste plenário que não entenda que a proporcionalidade é afirmação da democracia interna do Partido dos Trabalhadores

frentar um governo populista, neoliberal, facista, que tomou posse dia 15 de março; nós que estamos nessa convenção precisamos sair daqui convencidos de uma coisa que para mim é elementar e ao mesmo tempo fundamental: a única coisa que vai permitir ao PT chegar ao poder e, ao chegar ao poder, exercer o poder, é acreditar-mos naquilo que foi a razão do nascimento do PT, é acreditarmos numa coisa chamada trabalho de organização de base, conscientização da classe trabalhadora e politização dos oprimidos (palmas).

Eu assumo a presidência do PT nessa comemoração dos 10 anos do partido com um compromisso com vocês. Eu quero me dedicar, deste ano até o Congresso do Partido no ano que vem, a ajudar na reorganização do partido a nível nacional, a fomentar a criação dos núcleos que nós tanto sonhamos construir (palmas), a dar sequência ao processo de democratização do nosso partido.

Vejam como as coisas evoluem e o tempo vai garantindo que as coisas evoluam. Há 4 anos discutíamos a proporcionalidade que era quase uma guerra dentro do partido. Hoje não há ninguém neste plenário que não entenda que a proporcionalidade é afirmação da democracia interna do Partido dos Trabalhadores (palmas). E isso não se deve a ato de benevolência, se deve a muita discussão política, a milhares de reuniões, se deve a brigas e lutas quase intermináveis, deve-se a encontros cansativos, deve-se às vezes, até a rompimentos entre companheiros, mas o dado concreto é que estamos chegando onde que-

remos chegar mais rápido do que os nossos adversários podem imaginar.

A imprensa hoje me entrevistava e estava perplexa: cadê a guerra que ia acontecer neste encontro? Cadê o genocídio que ia acontecer nesse encontro? Não houve morte, não houve pancadaria, houve, sim, discussão política num alto nível (palmas).

Nunca na história deste país - e digo mais, nunca na história da esquerda nesse continente - houve a possibilidade de discutirmos o socialismo com a franqueza com que discutimos ontem aqui. Ontem ninguém era dono da verdade, não havia dogmatismo, ontem havia a constatação de que a realidade nos impunha a necessidade de discutir com um pouco mais de maturidade. O socialismo que nós queremos não está escrito ainda na cartilha de nenhuma corrente e de nenhum partido político (palmas). O socialismo que nós queremos construir está na ação extraordinária de todos vocês, ontem, no debate sobre o socialismo. Eu, às vezes, não entendi o que estava sendo discutido, mas tinha certeza de que o que estava sendo discutido era bom para o meu partido porque o partido estava permitindo que fosse discutido (palmas).

Eu fui embora ontem, com o meu companheiro Espinosa, que é militante sindical e está acima da média política de nossa sociedade, até porque trabalha há tanto tempo comigo que já aprendeu alguma coisa. Ontem ele foi me buscar em casa pela manhã e disse: Lula, penso que vou sair do PT. Eu estranhei e perguntei: por que você vai sair do PT? Ele disse: porque ontem eu não consegui entender o que as pessoas falavam; e se as pessoas do meu partido falam coisas que eu não entendo, o que estou fazendo neste partido? E eu dizia ao companheiro Espinosa que, às vezes, há coisas que a gente não entende mesmo (palmas), e é importante termos a humildade de dizer que não entendemos para que as pessoas possam nos ensinar a entender.

Um dia um companheiro - não vou citar o nome mas ele deve estar aqui - me dizia: Lula, quando

alguém escrever ou disser alguma coisa que você não entende, você é burro. Quando, pela segunda vez, alguém disser ou escrever alguma coisa que você continua a não entender, você ainda continua sendo burro. Mas pela terceira vez, quando alguém disser ou escrever alguma coisa que você não entende, burro é quem escreveu ou falou e não você que não entendeu (palmas).

A questão da democracia não é uma coisa fácil. A gente aprende que a democracia é difícil a partir da nossa casa, na convivência com a mulher, com os filhos, na convivência das companheiras com os

Às vezes seria mais fácil fazermos grandes conchavos ...

maridos, os namorados, afinal de contas não é todo mundo que gosta de lavar a louça, de enxugar os pratos, arrumar a cama, lavar a cueca, lavar as meias de manhã. É muito mais cômodo jogar num canto do banheiro na expectativa de que alguém passe, pegue, lave e deixe limpo no dia seguinte. Na política é mais ou menos igual. As coisas são complicadas. Às vezes seria mais fácil fazermos grandes conchavos, evitarmos as grandes discussões, quem sabe contentaríamos muita gente. Mas não do ponto de vista do nosso partido, que tem como meta prioritária a politização do povo, porque nós do PT entendemos uma coisa que é sagrada: povo que não é politizado não é povo, é massa de manobra. E nós queremos povo politizado, povo conscientizado, povo preparado politicamente (palmas). Por isso somos diferentes.

Hoje pela manhã, tomei café com o comandante Tomás Borges e ele estava preocupado com a minha segurança. Perguntou sobre o meu segurança, que estava dormindo no outro quarto, e eu tomando conta da minha segurança. O segurança dormia um sono extraordinário enquanto eu o velava. Isso é uma questão de cultura. E eu tenho noção de que todos nós do PT, às vezes por fragilidade, não damos importância à questão da segurança, daí por que morrem tantos companheiros, daí por que morreu Chico Mendes, daí por que morreram tantos

Nativos da Natividade, daí por que morreu Wilson Pinheiro de Souza, daí por que morrem companheiros atropelados que nem sabemos se foram assassinados ou não. Ora, a conversa que eu tive com o comandante me chamou a atenção para uma coisa. Se é verdade que nós colocamos esse país em cheque, se é verdade que nós, pela primeira vez neste continente, colocamos a perspectiva concreta de a esquerda assumir o poder, o que eles estão esperando para atentar contra nós? Eles já atentaram de outras formas, no caso de Leme em 1986, no caso de Abílio Diniz em 1989, às vezes com mentiras que são contadas em nome do PT, com acusações sobre cada um de vocês, tentando criar uma imagem negativa das greves, do companheiro Meneguelli, da CUT, do movimento sindical. São formas que a burguesia tenta utilizar, mas não está fora de cogitação outro tipo de violência. Primeiro, eles vão tentar nos desmoralizar; segundo vão tentar ganhar de nós politicamente; se não conseguirem nos desmoralizar nem ganhar da gente politicamente, não tenho dúvida nenhuma de que eles usarão contra nós as armas que tanto dizem que um dia iremos utilizar contra eles (palmas).

A verdade é que, daqui para frente, temos que ter claro que o nosso partido virou uma alternativa de poder, não é mais sonho, como há dez anos (palmas). Hoje, é realidade, o PT é alternativa de





poder neste país e o PT é alternativa de poder nas eleições de 1990. O PT será alternativa de poder nas eleições para prefeito em 1992. O PT será alternativa de poder nas eleições de 1994 e mesmo quando o PT não disputar eleições, ele será alternativa de poder pela sua participação no movimento social (palmas).

Por isso, meus companheiros delegados, minhas companheiras, queridos convidados estrangeiros, companheiros membros da direção do partido e companheiros candidatos majoritários, de todo o coração

quero dizer que um dia, quando eu ainda não tinha consciência política, eu dizia para a Marisa: vou largar o sindicato e voltar para casa para ajudar a mulher a cuidar dos filhos. Eu nem tinha noção de que um dia eu ia criar, junto com

“eu gosto da Marisa mas gosto do PT, eu gosto da Marisa mas gosto da luta e não vou fazer opção entre um e outro, vou querer ficar com os dois...”

você, o PT. E quando ela esperava que eu fosse deixar o sindicato para voltar para casa, eis que surgiu o PT e, em vez de voltar para casa, eu arrumei outra casa para começar a frequentar, que era a sede do partido, os debates do partido.

Depois vieram as eleições para o governo do Estado e eu dizia para a Marisa: se não der certo essa, eu paro um pouco, volto para casa. Depois vieram as eleições de 86, a fundação da CUT, depois vieram as eleições de 88, de 89 e eu falei para a Marisa: se não der certo a Presidência, a gente vai viver uma vida tranquila, porque eu não quero mais ser deputado. E agora eu volto à presidência do partido e sei que tenho mais trabalho do que tinha antes para fazer, tem muito mais tarefas para a gente fazer (palmas).

Eu quero aqui, na frente de vocês, para evitar a quantidade de brigas que eu e a Marisa temos por causa do PT, por causa da CUT, por causa das reuniões, por causa de Brasília e de tanta coisa, dizer o seguinte: eu gosto da Marisa mas gosto do PT, eu gosto da Marisa mas gosto da luta e não vou fazer opção entre um e outro, vou querer ficar com os dois, vou querer fazer dos dois a razão da minha vida (palmas).

Eu acho que política não pode ser uma coisa raivosa, política, para nós, da esquerda, tem que ser uma coisa gostosa, ou seja, é preciso compatibilizar política com amor (palmas), é preciso compatibilizar política com a família, é preciso compatibilizar política com as coisas boas da vida. Não é obrigatório alguém se separar da mulher ou a mulher do marido por causa de um partido político. Esse partido político não presta se ele

obrigar as pessoas a se separarem, ele tem que fazer com que as pessoas se juntem e trabalhem cada vez mais; se as pessoas tiverem que se separar, será por outras razões, nunca por causa da política, nunca por causa do partido, nunca por causa da luta (palmas).

Querido companheiro Luiz Gushiken, de quem eu recebo o bastão hoje para pelo menos até o próximo ano dirigir esse partido; companheiro Gushiken, injustiçado em função de uma determinação do Diretório Nacional do partido sobre alianças. Foi ele quem pagou o pato e foi escoraçado em alguns Estados; o companheiro apenas cumpria o dever extraordinário de atender à determinação do Diretório Nacional; um companheiro que foi a Minas Gerais, num grande acordo, e quase não consegue pegar o avião de volta, porque o acordo não deu certo.

Quero termi-

nar a minha fala dizendo que podemos ter com esse companheiro as divergências que quisermos, mas pelo pouco que eu convivi com o companheiro Gushiken na presidência do partido eu ousou confessar a vocês que poucas vezes conheci um companheiro tão extraordinário como o Luiz Gushiken (palmas); poucas vezes conheci alguém tão despojado do poder como o companheiro Gushiken, poucas vezes.

Por isso quero dizer que este é um ano muito difícil. Não cabe aqui e agora analisarmos se tal Estado errou ou não, cabe a todos nós agora, diante da realidade existente, fazer com que o partido jogue todo o seu peso para fazer com que os nossos candidatos a governador e senador tenham o maior número de votos possível. Cabe a todos nós, agora, eleger o maior número de deputados possível. É importante que a gente queira ganhar as eleições, é importante que a gente queira ter muitos votos, é importante que a gente queira eleger todos os candidatos, mas é importante, é quase sagrado, que o nosso partido não veja as eleições como um fim em si mesmo (palmas); é quase sagrado que o nosso partido compreenda que o trabalho de organização de base, a construção dos núcleos por categoria, por moradia, por local de trabalho, por local de estudo, por movimento social é o que vai garantir ao PT ganhar, tomar posse e exercer o poder.

Vejam que engraçado: a gente defendia nas prefeituras, em 88, os conselhos populares e, até agora, não conseguimos criar os conselhos populares como sonhávamos. Não é culpa dos nossos

prefeitos, ou não é culpa da direção do partido de tal estado ou de tal cidade. A culpa é de todos nós que não amadurecemos corretamente o que é o conselho popular. Eu penso que não cabe a nós julgarmos quem errou mas que cabe a nós assumirmos a responsabilidade que precisamos antes de terminar o mandato de nossos prefeitos, enquanto partido, criarmos conselhos populares para poder fortalecer as administrações dos nossos prefeitos (palmas).

É bem verdade que às vezes, a gente pensa uma coisa teoricamente e, quando vai executá-la na prática, torna-se mais difícil. Mas é bem verdade que por mais erros que Olívio Dutra, Luíza Erundina e outros prefeitos do PT tenham cometido nas administrações, eles nos deram lições que possivelmente durante 50 anos nós não teríamos, se não tivessem chegado às administrações das cidades.

Essas coisas gostosas, essas contradições que existem entre nós e, ao mesmo tempo, essa vontade maluca de acertar, é que faz com que eu sinta prazer de voltar à Presidência do PT, que faz com que, por mais que divirja de vocês, por mais que às vezes todos nós tenhamos até problemas de saturação entre nós, no íntimo a gente se gosta mesmo quando a gente briga. Não adianta dizer que o Zé Dirceu é carrancudo porque de vez em quando perde as estribeiras com todo mundo. A verdade é que ele é (tão necessário ao PT quanto qualquer um de vocês e vocês são tão necessários quanto o Zé Dirceu. A verdade é que nós nos completamos. A verdade é que a sociedade que nós queremos construir é essa diversidade que existe entre nós e é essa diversidade que vai permitir a construção de um outro tipo de socialismo real (palmas). Eu estou convencido disso e tenho apenas 44 anos de idade; não quero ser daqueles que dizem que vão deixar para os filhos. Não. Eu quero viver nessa nova sociedade.

É por isso, companheiros, que eu tomo posse na presidência hoje, assumindo um compromisso com vocês: vamos à luta, porque sem luta não haverá socialismo; sem luta não haverá nova sociedade; sem luta não haverá melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Nós só iremos garantir um mundo melhor para as crianças se nos despojarmos de nossas vontades pessoais; nós só iremos garantir uma nova sociedade se nós não tivermos medo de morrer amanhã. Por isso quero fazer um chamamento a vocês: enfrentar o governo Collor vai ser mais difícil do que enfrentar o governo Geisel; enfrentar o governo Collor é mais difícil do que enfrentar o regime militar, mas, nós que sobrevivemos ao regime militar, nós que ajudamos a derrotá-lo, podemos ter certeza, vamos derrotar esse fascista neoliberal que está hoje na presidência da República. Por isso companheiros, muito obrigado e até a vitória dos nossos candidatos e a vitória do PT no ano de 1990.

“essas contradições que existem entre nós, ao mesmo tempo essa vontade maluca de acertar é que faz com que eu sinta prazer de voltar à Presidência do PT.”

ESPECIAL



O SOCIALISMO PETISTA

Um dos estímulos mais poderosos à nossa organização como partido político, dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. É o que sustenta a resolução sobre socialismo aprovada pelo 7º Encontro e que o BN reproduz na íntegra nesta e nas duas páginas seguintes.

Esta resolução propõe-se a reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade brasileira sobre a superação concreta de tais desafios.

1 - O PT já nasceu com propósitos radicalmente democráticos. Surgimos combatendo a ditadura militar e a opressão burguesa, exigindo nas ruas e nos locais de trabalho o respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular. Em 10 anos de existência, o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornamo-nos um grande partido de massas denunciando a expropriação dos direitos de cidadania pelo Estado burguês, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical. Diversos companheiros deram a sua vida na luta dos trabalhadores pela democracia da consolidação democrática. Santo Dias, Wilson Pinheiro, Margarida Alves, Pe. Josimo, Chico Mendes e tantos outros. Na raiz do nosso projeto partidário está justamente a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem para o PT um valor estratégico. Para nós ela é a um só tempo meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia

A vocação democrática do PT, vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende

é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando pragmaticamente lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva no futuro a constituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais governem a sociedade socialista.

2 - A vocação democrática do PT, no entanto, vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende. Também a sua organização interna expressa nosso compromisso libertário. Ela reflete o empenho sempre renovado de direções e bases militantes para fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no país. Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais - inclusive de muitas agremiações de esquerda - o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político. O mesmo vale para a relação do partido com suas bases sociais e com a sociedade civil no seu conjunto. Embora tenha nascido pela força dos movimentos sindicais e populares e com eles mantenha um poderoso vínculo de inspiração, referência e interlocução política e busque apresentar-lhes uma direção global, o PT recusa-se por princípio a sufocar a sua autonomia e mais ainda a tratá-los como clientela ou correia de transmissão.

3 - Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos de fato uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluiram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc. O ideá-

rio do Partido não expressa unilateralmente nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia "oficial". As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.

4 - Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anti-capitalistas - assim como a opção anti-capitalista impulsionou de modo inequívoco a nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos à nossa organização como partido político, dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta - por outras palavras, a pedagogia negativa do "milagre brasileiro" e de tantas outras situações tragicamente exemplares da vida nacional e internacional - nos ensinou que o capitalismo, seja qual for a sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia.

É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de 1/3 da humanidade. É ela que impõe à América Latina novas formas de escravização que reduziram a renda per capita em 6,5% nos últimos anos, fazendo vários países regredirem a patamares de vinte anos atrás. É o sistema capitalista, fundado em última análise na exploração do ho-

É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de 1/3 da humanidade.

mem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios na África do Sul, passando pelas nossas tristemente célebres câmaras de tortura. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, o analfabetismo, a marginalidade, a violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil.

Por isso mesmo, os documentos constitutivos do PT - Manifesto e Programa de Fundação - já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era na sua origem nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, de penosa mas apaixonada luta democrática, só fizeram confirmar nossa opção anti-capitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT.

5 - Semelhante convicção anti-capitalista, fruto da marga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. A social democracia defendia que a partir dos governos e instituições do Estado, principalmente o parlamento poderíamos chegar ao socialismo, sem utilizar para isso as ferramentas de mobilização das massas pela base, acreditando na neutralidade da máquina do estado e na compatibilidade de uma eficiência econômica capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica.

Com o tempo a social-democracia deixou de acreditar numa possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo, e abandonou não a via parlamentar mas o socialismo.

O diálogo crítico com tais correntes de massa é com certeza útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia o seu projeto ideológico atual não corresponde à convicção anti-capitalista e aos objetivos emancipatórios do PT.

SOCIALISMO

Reconhecemos, de outro lado, a existência em escala mundial, de forças e movimentos de caráter democrático, popular, de libertação e socialista, com identidades com o projeto petista e com os quais manteremos relações privilegiadas.

6 - Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia - a identidade democrática do PT - levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado "socialismo real". Nunca ignoramos a falácia do termo. A mídia conservadora o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência. Além disso, a expressão "socialismo real", em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Níveis experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que seguramente não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. Algumas das experiências auto-proclamadas socialistas originaram-se de autênticas revoluções populares ao passo que outras decorreram da derrota da Alemanha Nazista e da ocupação desses países pelo Exército Soviético, o que redesenhou o mapa geopolítico europeu dando origem ao chamado bloco socialista controlado pela URSS. Em alguns processos nacionais as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. E seguramente merece avaliação à parte e juízo positivo, com todos os seus percalços, a experiência sandinista, na medida em que assegurou ao povo nicaraguense uma inédita equidade política e civil.

O PT se identifica com a luta dos trabalhadores e dos povos por sua libertação e pelo socialismo, assumindo como sua tarefa a defesa dos diferentes processos revolucionários - o que não significa isenção de crítica as correntes políticas que lideram tais processos. Contudo o PT, desde sua fundação, identifica na maioria das experiências do chamado "socialismo real" uma teoria e uma prática incompatíveis com os ideais humanistas, libertários e igualitários do socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política como econômica, traduzi-

da no monopólio no poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; na simbiose partido/Estado; no domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; na inexistência de uma democracia real e formal e de autênticas instituições representativas; na repressão aberta ou

que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado "socialismo real" têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja hoje sendo hegemonizado por correntes reacionárias favoráveis à regressão capitalista. Tais movimentos devem ser valorizados não porque representem em si um pro-



Plenária do 7º Encontro aprova texto sobre Socialismo

velada ao pluralismo político, ideológico e cultural; na gestão da vida produtiva através de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente - tudo isso nega os ideais emancipatórios e democráticos inseparáveis de nosso projeto socialista. Nossa crítica de tais sociedades deve ser feita sob a ótica da luta revolucionária socialista internacional.

Nossa crítica a tais experiências históricas, ainda que limitada, tem sido constante. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc nos países do chamado "socialismo real" com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo.

Os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultra-centralizada da economia. O desfecho desse processo está em aberto e será a própria disputa política e social a definir os seus contornos. Mas o PT está convencido de

que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado "socialismo real" têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja hoje sendo hegemonizado por correntes reacionárias favoráveis à regressão capitalista. Tais movimentos devem ser valorizados não porque representem em si um projeto renovador de socialismo, mas porque rompem com a paralisia política, recolocam em cena aberta os diversos agentes políticos e sociais, impulsionam conquistas democráticas e, em perspectiva, podem abrir novas possibilidades para o socialismo. A energia política liberada por tamanha mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

7 - A nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários encontros nacionais do partido, orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 80 e garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral da nossa política - democrático e anti-capitalista - perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo clítor da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfiado, característico de tantos outros partidos. De nada nos serviria um apro-

fundamento ideológico puramente de cúpula sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais. De resto, também as direções careciam de muita experiência que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar. O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política, baseada na auto-educação das massas através de sua participação civil, revelou-se no geral acertada.

8 - A hora presente, porém, nos faz inéditos desafios, que só serão vencidos através de uma superior criatividade político-ideológica. Atravessamos um novo período histórico, tanto a nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa.

Com a projetada reestruturação da economia brasileira e a decorrente recomposição da hegemonia interburguesa, a disputa política passa a dar-se cada vez mais no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas. Mais do que a mera "estabilização" da economia ou seu "ajuste", o que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico.

Por outro lado, à medida que o PT galvaniza parcelas crescentes da sociedade brasileira e se credencia como alternativa política para o país, impõe-se maior explicitação da nossa alternativa histórica. Muitos dos desafios aparentemente conjunturais - a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária - só podem se de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas.

Da mesma forma, o fracasso de tantas experiências do "socialismo real", com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convoca-nos a um renovado esforço crítico e especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

9 - Mas qual socialismo? Qual sociedade, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indaga-

Mas qual socialismo? Qual sociedade, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir?

SOCIALISMO

ções. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.

Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O V Encontro Nacional apresentou aos trabalhadores do nosso país o perfil político ideológico fundamental da visão pelista: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outras são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará provavelmente insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções éticas ou ideológicas mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.

10 - O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por isso, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o res-

tabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo.

11 - A nova sociedade que lutamos para construir incorpora, como inspiração concreta, a rica tradição de lutas igualitárias da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem com isso negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, religiosa, cultural, comportamental etc. Lutará pela libertação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão. Combaterá qualquer exclusivismo e intolerância, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e auto-organização, mais que permitido, deverá ser incentivado em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a auto-determinação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc) que a pró-



pria sociedade democraticamente decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas "socialistas". Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos "interesses estratégicos" do Estado. Que busque conjugar - desafio dos desafios - o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva - os conselhos de fábrica são referência obrigatória - quanto para o sistema no seu conjunto através de um planejamento estratégico sob controle social.

12 - No plano político lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista - mas ampliá-las e radicalizá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liber-

dade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantindo a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

13 - O PT, lutando por tal socialismo, não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para a sua obtenção. Sabe que tem pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social, e declara-se mais do que nunca disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira.

MAIO/1990

QUEM NÃO VIVEU VERÁ

Agora você pode ver os melhores momentos da campanha presidencial em vídeo. A fita, produzida pela TVT, está a venda aqui na sede nacional do PT, por apenas Cr\$ 2.500,00. Mas atenção: esse preço cai para Cr\$ 2.000,00 para os diretórios que adquirirem um mínimo de cinco fitas. Entre em contato com Rosana (011 - 575-2299) e faça o seu pedido.



Delegações de 18 países compareceram ao 7º Encontro

Várias mensagens de apoio e denúncias sobre países estrangeiros, foram submetidas ao Plenário onde estavam presentes cerca de 100 delegados estrangeiros.

Delegações de 18 países estiveram representadas no VII Encontro Nacional do PT, ajudando a consolidar um processo político internacional que o Partido dos Trabalhadores desenvolve há dez anos. Desde o Partido Social Democrata alemão ocidental, até o Partido do Trabalho da Coreia do Norte, passando pelas delegações da Nicarágua, chefiada pelo comandante Tomas Borge, e de Cuba, estiveram representados no VII Encontro um amplo leque de partidos de esquerda comprometidos com a construção do socialismo.

governo Chinês aos estudantes da Praça da Paz Celestial, por oportunidade do seu primeiro aniversário. As demais mensagens foram transferidas à apreciação do Diretório Nacional eleito.

Delegações Internacionais Presentes

ALEMANHA OCIDENTAL

Partido Social Democrata (PSD) - Uwe Optenhogel

ARGENTINA

Movimento ao Socialismo (MAS) - Luis Fernando Zamora, Deputado Nacional, secretário geral
Partido Comunista Argentino (PCA) - Patricio Echegaray, secretário geral; Jorge Kreyness, membro do Comitê Central
Partido Justicialista (PJ) - José Carlos Ramos, Deputado Nacional; Raul Eduardo Ferrari, membro do Conselho da Juventude do PJ; Gonzalo Leonidas Chaves
Partido Intransigente Popular (PIP) - Miguel Montserrat, Deputado Nacional e secretário geral
Partido Operário (PO) - Jorge Altamira, membro da Direção Nacional
Partido Peronista de Las Bases (PPB) - José Hernán Orbaiceta, secretário de relações internacionais
Partido Socialista Popular (PSP) - Juan Carlos Zabalza, Deputado Nacional e membro da Executiva Nacional
Izquierda Democrática Popular - IU (IDEPO/IU) - Nestor Vicente, secretário geral do IDEPO; Gustavo Coppola, secretário geral do distrito da capital federal

BOLÍVIA

Movimento Bolívia Livre (MBL) - Alfonso Alem Rojo, Deputado Nacional e secretário de relações internacionais

CHILE

Movimento de Esquerda Revolucionário-Político (MIR) - Roberto Gerardo Moreno Burgos, membro da comissão política

COLÔMBIA

Partido Comunista Colombiano (PCC) e Unión Patriótica (UP) - Hernán Motta, Deputado e vice-presidente da UP
M-19 - Dario Gonzales Posso, membro da comissão internacional; Aida Redondo Lubu

CORÉIA DO NORTE

Partido do Trabalho (PT) - Gyong Jo Kim, embaixador da Coreia no Peru; Ryong Hwan Pak, terceiro secretário da embaixada

CUBA

Partido Comunista Cubano (PCC) - Joaquim Bernal Camero, Deputado, membro do Comitê Central, e secretário de relações internacionais da CTC; Sérgio Cervantes, Departamento América do Comitê Central; Jorge Ferreira, Departamento América do Comitê Central; Javier Rodriguez Roque, jornalista da Agência Prensa Latina; Miguel Monteiro, funcionário de relações internacionais da CTC

EL SALVADOR

Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional/Frente Democrática Revolucionária (FMLN/FDR) - Ernesto Cisneros, representante no Brasil da comissão político-diplomática

ESPANHA

Partido Comunista da Espanha (IU) - Rafael Fernandes Calvo, membro da secretaria de relações internacionais

FRANÇA

Partido Socialista Francês (PSF) - Stephane Piletitch, membro da comissão internacional e conselheiro do Primeiro Ministro; Elizabeth Demonte, primeira secretária da embaixada da França no Brasil

ISRAEL

Partido Socialista de Israel (MAPAM) - Yeoshua Ratz, representante no Brasil; Lia Strauch

ITÁLIA

Partido Comunista Italiano (PCI) - Goffredo Bellini, membro da direção nacional; Donato di Santo, membro da

secretaria de relações internacionais, encarregado pela América Latina

NICARÁGUA

Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) - Comandante Tomas Borge, membro da direção nacional; Aldo Dias Lacayo, responsável pela América Latina; Marcela Perez; Roger Figueroa; Victor Cano Incer



PAÍS BASCO

Herry Batasuna - Unidade Popular - José Antonio Egido, responsável por relações internacionais

PALESTINA

Organização pela Libertação da Palestina (OLP) - Ahmad Sobeh, representante no Brasil; Hanna Yousef Emile Safieh, presidente da confederação palestina, latino americana e do Caribe (COPLAC); Ali Al-Kathib, membro da COPLAC; Emir Mourad, membro da COPLAC

PARAGUAI

Partido Democrático Popular (PDP) - Cayo Benitez, secretário geral; Jorge Quecay, secretário de organização; Felix Ramon Ruiz Sanchez, presidente da comissão de ética da direção nacional
Partido dos Trabalhadores do Paraguai (PTP) - Mina Felliciangel, presidente; Tomas Zayas Roa, secretário de organização



Partidos importantes como o Partido Comunista Francês e o Partido Trabalhista Britânico, justificaram sua ausência, enviando mensagens aos delegados reunidos no Encontro do PT. As representações presentes participaram das plenárias realizadas no Anhembi usando a palavra e ouvindo as críticas fraternais formuladas contra práticas dos países socialistas condenadas pelas concepções políticas e partidárias defendidas pelos petistas. O debate, certamente aprofundou os compromissos e laços de cooperação e solidariedade internacionais do Partido dos Trabalhadores.

Foi aprovado por unanimidade mensagem de repúdio à repressão do

ESPECIAL



PERU

Partido Unificado Mariateguista (PUM) - Javier Diez Canseco, senador, responsável pela comissão política do PUM e membro da direção nacional da IU

Izquierda Unida (IU) - Luis Pando, membro da comissão de relações internacionais

URUGUAI

Frente Ampla (FA) - Carlos Baraibar, secretário político da presidência
Movimento de Libertação Nacional/Tupamaros (MLN/T) - Jorge Simon, direção regional de Montevideo
Partido Comunista Uruguaio (PCU) - Leopoldo Bruera, senador, membro do comitê executivo; Hugo Bianchi, secretário geral dos metalúrgicos
Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) - Gustavo Alfredo Vasquez, membro do comitê central
Partido Socialista (PS) - Eduardo de Leon, membro do comitê executivo

Mensagens

Partido de la Liberacion Dominicana

"Desejo os melhores êxitos para seu Encontro. Confiamos que servirá para fortalecer a importante presença do PT na vida do Brasil e de nossa América (...)

Queremos pedir que durante o seu evento denunciem a fraude que foi cometida contra o PLD durante as eleições de 16 de maio. Ganhamos as eleições e tenta-se esconder esse triunfo do povo dominicano. Esperamos contar com a solidariedade de nossos irmãos na América Latina (...) Saudações fraternas, Rafael Kasse Acta"

Frente Popular (Colômbia)

"(...) Nos unem profundos vínculos de fraternidade na ação: a busca da justiça social, do progresso e da democracia para nossos povos oprimidos; a soberania e independência de nossos países frente ao imperialismo; e a alternativa do socialismo como expressão de solução real a nossos graves problemas sociais.

Recibam nossa saudação, certos de que tem em nós uma organização irmã

cujos laços de amizade esperamos aprofundar. Fraternalmente, Miguel Angel Perez"

Organização Política A LUCHAR de Colômbia

"(...) Em nome do Comitê Executivo e da militância da Organização Política A LUCHAR de Colômbia, recebam nossas saudações e os melhores votos pelo êxito das deliberações do maior evento dos revolucionários democratas e povo irmão do Brasil: vosso Congresso (...)

Há 4 dias culminou em nosso país o mais sangrento debate eleitoral ao que povo nenhum tenha sido submetido na história recente das nações, com um saldo contraditório e consolador ao mesmo tempo, o mais ilegítimo dos governantes foi eleito, somente 17% dos cidadãos escolheram enquanto que os 88% dos votantes se manifestou de maneira decidida em favor da convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte de caráter popular, soberana e autônoma, como o meio mais democrático que contribua para a solução da grave crise institucional, política e social que afeta hoje a sociedade colombiana (...). Nelson Berrio, Alfonso Roman Cera, Fernando Patiño, Kemel George".

Partido Comunista da União Soviética (PCUS)

"O Comitê Central do PCUS congratula-se com participantes do VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Este fórum realiza-se num ambiente de importantes mudanças positivas na vida da humanidade, quando vem sendo lançados os alicerces do novo mundo mais seguro, se revela cada vez mais o impulso à independência, democracia e justiça social. O PCUS manifesta sua disposição para interação com todos que defendam estes elevados objetivos. Formulamos os votos de êxito ao seu Encontro. Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética"



Nota oficial

O PT frente às novas violências contra os palestinos

Uma nova onda repressiva se abate sobre os palestinos que moram nos territórios ocupados por Israel. Mais de 14 mortos nos confrontos do fim de semana e mais 3 mortos na faixa de Gaza ontem evidenciam o nível de horror alcançado.

O Partido dos Trabalhadores apoia e se solidariza com o povo palestino, que, desafiando o toque de recolher está se manifestando contra a repressão e a política de Israel nos territórios ocupados.

Só na base do reconhecimento mútuo do direito de ambos os povos, israelenses e palestinos, serão possíveis reais negociações de paz. Neste sentido, o MAPAM (Partido Socialista de Israel) tem denunciado o perigo de anexação dos territórios ocupados, alertando para as consequências de uma "guerra sem fim" e para a contradição entre essa política expansionista e a existência de Israel como estado democrático.

O PT reconhece a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como a autêntica representante do povo palestino, denuncia a atual política do governo de Israel apoiada pelo governo dos Estados Unidos, responsável pela situação de palestinos sob ocupação israelense; e faz votos para que o processo se encaminhe no sentido da construção do Estado Palestino, única solução definitiva para alcançar a paz na região.

Comissão Executiva Nacional do PT

22 de maio de 1990

Moção aprovada no VII Encontro

Há um ano, a juventude e o povo trabalhador chinês, rebelados contra a tirania do Partido Comunista Chinês, eram massacrados na Praça da Paz Celestial.

Os oprimidos de todo o mundo acompanharam solidários a luta dos ocupantes da praça por liberdade e democracia e viram a resposta sangrenta do governo Deng Xiao Ping/Li Peng, com milhares de mortos.

O sangue derramado na praça foi o sangue dos oprimidos e explorados do mundo em luta por uma sociedade igualitária e socialista. Essa luta continua hoje através dos exilados políticos, da oposição clandestina e da atividade internacionalista dos verdadeiros democratas e socialistas.

Neste 4 de junho de 1990 comemoramos o combate da juventude e do povo chinês e prosseguiremos a luta contra a repressão.

Estaremos no consulado chinês em São Paulo, renovando o pedido de visto de entrada na China à Comissão Internacional de Inquérito - formada por sindicalistas e democratas, encabeçada por Ralph Schoermer (EUA) e, no Brasil, por Hélio Bicudo. Visto que o governo chinês vem negando em todos os países onde foi pedido.

Visto de entrada para a Comissão Internacional de Inquérito!

Direito de asilo aos refugiados políticos!

Fim do Estado de Sítio!

Liberdade para os prisioneiros políticos!

Bancada tem projeto para salários

Quando Collor apresentou pela primeira vez sua medida provisória acabando com a lei salarial, a Bancada do PT apressou-se nas consultas ao movimento sindical e conseguiu colocar em prioridade na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados nosso projeto, estruturado em cinco pontos básicos: reposição das perdas salariais a partir de março, reajustes com base no IPC, aumento mensal de 3% acima da inflação para o salário mínimo, fim do efeito suspensivo nas decisões dos tribunais regionais do trabalho e garantia do substituto processual; ou seja, que os sindicatos de trabalhadores possam representar os direitos individuais dos trabalhadores de sua respectiva categoria perante a justiça do trabalho.

A Comissão do Trabalho aprovou em seu projeto os cinco pontos do projeto do PT, apresentado pelo vice-líder da Bancada, deputado Paulo Paim. O projeto de lei salarial da Comissão do Trabalho tornou-se referência importante para o movimento sindical, porque reflete as reivindicações presentes nas greves e até em alguns acordos feitos pelo país afora.

Ao contrário do que dizem alguns adversários nossos no Congresso, a Bancada do PT vem insistindo na negociação em torno de uma nova lei salarial. O que nos diferencia é que não abrimos mão dos cinco pontos essenciais, sobretudo a reposição das perdas salariais decorrentes do Plano Collor.

Íntegra do Projeto de Lei Salarial aprovado pela Comissão do Trabalho (votado em 24/5/90)

Art.1º A Política Nacional de Salários, respeitado o princípio da irredutibilidade do salário real, terá como fundamento a livre negociação coletiva e se regerá pelas normas estabelecidas nesta lei.

§ 1 As vantagens asseguradas aos trabalhadores nas normas coletivas incorporam-se aos contratos individuais de trabalho, constituindo-se em direito da categoria, e somente poderão ser reduzidas ou suprimidas por Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho posterior, que disponha expressamente a respeito.

§ 2 Em qualquer caso serão respeitadas as disposições coletivas mais vantajosas e as legais mínimas, contra elas não prevalecendo decisões de políticas socio econômica do Poder Executivo.

Art.2º Os salários, vencimentos, soldos, proventos e demais verbas salariais, serão reajustados automaticamente e mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês em curso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na revisão salarial anual, que ocorrerá por Convenção ou Acordo Coletivo, por arbitragem ou sentença normativa, será assegurada a manutenção do poder

aquisitivo real existentes nas datas-base anteriores, computado o aumento do custo de vida expurgos no cálculo de índices inflacionários.

Art.3º Fica assegurado aos trabalhadores reajuste salarial correspondente ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos meses de março, abril e maio de 1990, sem repasse para os preços.

Art.4º Os aumentos reais e a melhoria das condições de trabalho serão fixados em Convenções e Acordos Coletivos, laudos arbitrais ou sentenças normativas, observados dentre outros fatores, a compatibilização com o mercado de trabalho, a produtividade e a lucratividade do setor ou da empresa.

Art.5º Em qualquer circunstância não se dará efeito suspensivo aos recursos interpostos em processo de dissídio coletivo, inclusive sob a forma de medida cautelar.

Art.6º As entidades sindicais poderão atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas hipóteses de coação ou ameaça de demissão cabe, ao juízo competente para processar e julgar a ação, negar validade à renúncia, desistência ou transação individuais.

Art.7º O valor do salário mínimo, de que trata o inciso IV do artigo 7 da Constituição Federal, fica estipulado, em todo o território nacional, a partir de 1 de junho de

1990 no valor estabelecido para o mês de março de 1990, acrescido do índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos meses de março, abril e maio de 1990, com a inclusão de 3% (três por cento) de aumento real, em cada mês, a partir de março de 1990, inclusive.

§ 1 O valor do salário mínimo, estipulado neste artigo, será corrigido mensalmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês em curso.

§ 2 A partir de 1 de junho de 1990, o salário mínimo será calculado com base no disposto neste artigo acrescido de 3% (três por cento) em cada mês.

§ 3 Fica vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, ressalvados os benefícios de prestação continuada pela Previdência Social e valores salariais.

§ 4 O salário mínimo horário é igual ao quociente do valor do salário mínimo de que trata esta lei por 220 (duzentos e vinte) e salário mínimo diário, por 30 (trinta).

Art.8º Os débitos relativos aos meses de março, abril e maio de 1990, resultantes da aplicação do artigo 3 e 7 desta lei poderão ser quitados através do mecanismo da conversão de cruzados novos em cruzeiros.

Art.9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art.10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

I Encontro Latino-Americano realiza-se no início de julho

Realiza-se nos dias 2, 3 e 4 de julho, no Instituto Cajamar, em São Paulo, o I Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe, promovido pelo Partido dos Trabalhadores. Do evento devem participar delegações de 40 partidos latino-americanos representando pelo menos 16 países do continente.

A idéia é caminhar na direção de construir uma estratégia comum de luta pelo socialismo e contra a ofensiva neo-liberal do imperialismo na América Latina. É a seguinte a pauta do Encontro:

1. As alterações na ordem internacional e seu significado para a América Latina e o Caribe;
- a) As novas formas do capitalismo; As estratégias capitalistas e a ofensiva neo-liberal;
- Perspectivas econômicas e políticas do desenvolvimento capitalista na A.L. e no Caribe.
- b) A crise do socialismo real.

2. Balanço das lutas pela democracia e pelo socialismo na América Latina e no Caribe:

- a) Cuba: revolução e construção do socialismo;
- b) Uruguai e Peru: experiência de construção de frentes e processos eleitorais;
- c) Brasil: a experiência do PT e da FBP;
- d) Nicarágua;
- e) El Salvador.

3. Problemas estratégicos da luta pelo socialismo na América Latina e no Caribe.

- a) Socialismo e democracia - lutas institucionais; movimentos sociais; política de alianças; eleições; governo e poder.
- b) Características do socialismo na América Latina; integração continental e especificidades nacionais. O socialismo e as massas: culturas e linguagens.

Receba o Boletim Nacional

Basta fazer a sua assinatura enviando este cupom juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores — Av. Onze de junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP — Departamento de Circulação.



Boletim Nacional

12 edições

10 BTN's (do mês)

Não envie vale postal

Não tem cheque?

Procure o seu diretório e faça as assinaturas

Nome.....

Endereço.....

CEP..... Cidade..... Estado.....

PT polariza oposição a Collor no Congresso

Um balanço da atuação da bancada do PT

Márcio Araújo

A atuação da Bancada do PT na Câmara dos Deputados, este ano, voltou-se forçosamente ao exame das sucessivas Medidas Provisórias encaminhadas pelo presidente da República. Apesar do nosso empenho em modificar essas medidas pela ótica popular e da ação articulada com outras forças progressistas no sentido de fiscalizar, denunciar e construir alternativas aos planos governamentais, a maioria parlamentar atrelada a Collor possibilitou a aprovação de seu pacote econômico. Coube, portanto, à nossa Bancada, expressar no Congresso Nacional e fora dele a oposição clara e frontal do PT ao governo Collor, polarizando com a maioria governista reconstituída do velho "Centrão", a base política fisiológica e direitista de Sarney.

O que tem caracterizado a relação entre o governo Collor e o Congresso é justamente a edição de numerosas Medidas Provisórias, as quais muitas vezes são alteradas, retiradas, substituídas ou restabelecidas. É a estratégia do caos, onde a arbitrariedade é a marca registrada da ação de governo. As bancadas parlamentares ligadas a Collor são freqüentemente orientadas para não dar quórum às votações, porque assim fica o governo com as mãos livres para reeditá-las. Com isso o Executivo atropela sistematicamente o funcionamento tanto do poder Judiciário como do Poder Legislativo, com a cumplicidade de muitos dos seus integrantes.

Além de atuar no sentido de impedir a apreciação das Medidas Provisórias pelo Congresso Nacional, o governo usa e abusa do direito de vetar as poucas emendas que eventualmente o Parlamento aprova. Em suma: o governo exorbita regularmente do uso de seus poderes constitucionais, impedindo o funcionamento do Congresso, e, ao mesmo tempo, procura passar à opinião pública a idéia de que o Congresso é inoperante e incompetente, para assim justificar sua própria arbitrariedade legislativa, buscando levar o país à rota do autoritarismo.

Para enfrentar essa situação, a ban-

cada do PT não faz coro à defesa verbal e genérica do Congresso, mas esforça-se por todos os meios possíveis para que o Parlamento obtenha o quórum necessário para as votações e possa assim cumprir seu papel político. Temos pressionado, seja no plenário, seja nas reuniões de lideranças, para que as matérias de maior interesse popular entrem na ordem do dia para votação. Nesse sentido, aproveitamos inclusive o interesse circunstancial de partidos vacilantes em votar certas emendas às Medidas Provisórias, preocupados que estão com sua sobrevivência nas eleições de outubro.

CONTRA O PACOTE

Enquanto esses partidos, que se apresentam como oposição, atuam na linha de "aperfeiçoar" o pacote econômico a bancada do PT, ao contrário, tem pautado sua ação pela luta por mudanças de essência, para que o combate à inflação se conduza pela via do crescimento econômico, da recuperação do poder aquisitivo dos salários, da ampliação do mercado interno e da democratização das relações econômicas entre o Estado e a sociedade. Temos proposto medidas alternativas de enfrentamento à crise, atacando suas causas estruturais, como a dívida externa, a concentração da renda e da propriedade, particularmente no caso dos grandes latifúndios, questões inteiramente omitidas no Plano Collor. Por tudo isso, não estamos no coro dos que querem que o Plano dê certo. O Plano prevê recessão, desemprego e arrocho salarial. O que significa então o Plano dar certo? Significa mais trabalhadores desempregados, e salários ainda mais míseros, e a desnacionalização da economia nos moldes impostos pelo FMI.

Nossa bancada tem desempenhado um papel importante na unificação das forças progressistas contra o pacote. Apresentamos e articulamos diversas emendas, buscando sempre a defesa dos direitos sociais e democráticos. Assim, a nossa luta no campo parlamentar soma-se, de forma coordenada, à luta do movimento sindical e popular, refletindo os interesses dos trabalhadores. Nossos deputados, que já haviam se destacado pela participação na elaboração da política salarial anterior ao pacote, estão agora empenhados na definição de uma nova política salarial que, ao contrário do que propõe o governo Collor, possa garantir a reposição automática da inflação.

Em três meses de discussões o governo mudou várias vezes seu projeto

para salários. Todos eles tinham uma coisa em comum: o arrocho e a recusa em pagar as perdas salariais acumuladas desde março. A bancada do PT não teve meios para aprovar o seu projeto, mas conseguiu evitar que se consumasse a aprovação das propostas do governo. Já no fim de junho a Câmara dos Deputados acabou aprovando uma fórmula intermediária, que obteve o apoio dos líderes de partidos considerados de oposição. No fechamento deste jornal, o projeto dos líderes dependia de votação do Senado e da sanção (ou veto) do Presidente da República.

A reação do movimento sindical, em resposta ao arrocho salarial do pacote, foi de maior importância. Não é à toa que as próprias lideranças governistas do Congresso tenham admitido a necessidade de uma nova política salarial. Insistimos em dizer que, como somos minoria no Congresso, nossa força depende da pressão popular desenvolvida nas ruas, nas fábricas, nas praças. Somente essa pressão popular pode criar as condições para formarmos no Congresso uma maioria suficiente para votarmos e aprovarmos leis favoráveis aos trabalhadores.

COMISSÕES MAIS FORTES

A nova Constituição atribuiu às comissões técnicas da Câmara e do Senado mais poder, e certos projetos lá aprovados podem transformar-se em leis sem passar necessariamente pelo plenário. Esse não é o caso do projeto salarial aprovado, que, devido a sua natureza - um substitutivo da Comissão do Trabalho -, foi à votação no plenário. De qualquer modo, é importante observar que a pressão popular deve dirigir-se, em primeiro lugar, às comissões e aos deputados que nelas são encarregados de relatar os projetos.

A Bancada tem atuado em todas as

comissões, porque distribui-se juntamente com sua assessoria de forma coordenada, permitindo o acompanhamento passo a passo da tramitação de todas as matérias. Desta forma, com apenas 17 parlamentares, nossa bancada destaca-se pela sua atuação nas comissões; apresentando projetos, estimulando a participação de representantes de movimentos sociais nos debates, articulando a atuação das forças progressistas e denunciando as "maracutaias" que não raro aparecem embutidas em projetos.

Outra questão relevante em pauta no Congresso é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece para a elaboração do Orçamento da União de 1991. O projeto enviado pelo governo é uma cópia mal feita do ano passado, e seu espírito é o de impor cortes lineares aos gastos do Estado, como a redução de despesas com pessoal para 90% do orçado no último exercício. Essa opção por um tratamento linear nos cortes de despesas é a manifestação de um governo que não consegue definir prioridades, sem projeto de longo prazo para o setor público. Nas votações da matéria na Comissão Mista de Orçamento, o PT obteve algumas vitórias, especialmente na área de Saúde, com o estabelecimento de que 30% dos recursos da seguridade social sejam destinados ao setor, e de que parte relativa aos municípios sejam transferidas a eles diretamente.

Outra questão relevante em pauta no Congresso é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece para a elaboração do Orçamento da União de 1991.

